

PERCEPÇÕES DE LICENCIANDOS EM PEDAGOGIA DA UEPB: UM ESTUDO ACERCA DA SURDEZ

Maria Betania Silva¹
Eduardo Gomes Onofre²

RESUMO

A educação inclusiva tem sido um tema de destaque nas políticas educacionais contemporâneas, promovendo mudanças significativas na forma como alunos com deficiência são inseridos no ambiente escolar. A inclusão de estudantes surdos na escola regular exige uma reavaliação dos métodos de ensino e das práticas pedagógicas empregadas para garantir uma educação de qualidade e equitativa. Historicamente, a educação dos surdos foi conduzida sob um viés clínico e oralista, negligenciando abordagens bilíngues e socioculturais que valorizam a Língua Brasileira de Sinais (Libras); esse modelo educacional resultou na marginalização da comunidade surda, restringindo sua participação social e acadêmica. Com isso, o presente estudo teve como objetivo principal investigar a concepção dos alunos do curso de licenciatura em Pedagogia da Universidade Estadual da Paraíba-UEPB acerca da surdez. Utilizamos uma pesquisa quanti-qualitativa, com o objetivo de obter melhor compreensão dos dados e a confiabilidade dos resultados. Aplicamos um questionário e utilizamos um gráfico para melhor compreensão do estudo. Os participantes da pesquisa foram 16 discentes do curso de licenciatura em Pedagogia, turno noturno, da UEPB. O estudo foi realizado no primeiro semestre de 2021, e a análise dos dados evidenciou que os discentes possuem pouco ou nenhum conhecimento acerca da surdez. Nosso aporte teórico baseou-se em Lacerda (2006,2013), Onofre (2017), Mantoan (2006), dentre outros, e além de legislações educacionais que discutem aspectos teóricos e práticos da inclusão. Os resultados indicaram que os participantes confirmaram a necessidade de reformulações no sistema educacional para garantir um ensino inclusivo. Defendemos que a educação deve ser para todos, sem nenhuma forma de discriminação, assegurando aos surdos os mesmos direitos que os ouvintes, com materiais didáticos adequados às suas necessidades. Concluímos que a educação inclusiva ainda se configura apenas no discurso, devendo perpassar por algumas transformações e ações concretas de modo a viabilizar uma educação digna, igualitária e realmente inclusiva para todos.

Palavras-chave: Educação inclusiva, Surdo, Discentes, Pedagogia.

¹ Discente de Pós-Graduação em Ensino de Ciências e Educação Matemática da Universidade Estadual da Paraíba-UEPB, betania.s@aluno.uepb.edu.br

² Docente do Programa de Pós-Graduação em Ensino de Ciências e Educação Matemática da Universidade Estadual-UEPB, eonofre@servidor.uepb.edu.br

INTRODUÇÃO

A educação inclusiva é, atualmente um assunto que vem despertando o interesse e debates na sociedade, pois visa incluir os alunos com deficiência dentro do sistema escolar, garantindo a participação de todos os estudantes no ensino regular, sem nenhuma forma de exclusão. Nos últimos anos ações de pais e educadores têm promovido a inclusão na escola regular de pessoas com algum tipo de deficiência, pois é na escola que os indivíduos ampliam seus conhecimentos, criam laços de amizade, de convivência, de respeito e de integração, o que os prepara para a vida.

De acordo com Stainback & Stainback (1999, p. 69), todos aqueles que defendem a melhoria das escolas para atender de forma mais eficaz às diversas necessidades dos alunos devem se unir e aceitar o princípio de que boas escolas são boas para todos os estudantes, e, em seguida, agir com base nessa crença.

Em vista dessas discussões foi realizada uma pesquisa com os alunos do 5º período de pedagogia UEPB para compreender, por meio da opinião deles, o olhar que possuem sobre a inclusão de alunos surdos na escola regular, a qual propõe uma escola que eduque e abrigue todas as pessoas sem nenhuma forma de discriminação.

A partir da ótica dos alunos de pedagogia, de pesquisas bibliográficas e artigos relacionados ao tema será abordada a importância de incluir o aluno surdo dentro da escola regular, contexto em que leis importantes e políticas públicas foram criadas dentro e fora do Brasil para garantir a inclusão desses alunos. A declaração de Salamanca (1994) foi um divisor de águas para a inclusão, pois estabelece que todos os alunos devem aprender juntos no mesmo espaço escolar e qualquer pessoa tem o direito de se expressar conforme desejar, como também de ser consultada sobre a melhor maneira de aprender.

Logo, incluir o surdo na sala de aula regular de ensino é oferecer os mesmos direitos que os alunos ouvintes, pois o aluno surdo não é inferior aos outros colegas, ele pode desenvolver o seu potencial desde que consiga se comunicar com os professores e os demais. Para que isso ocorra é necessário o reconhecimento e valorização da língua de sinais, sabemos que o surdo possui deficiência auditiva e a escola precisa se adequar preparando um ambiente que atenda a sua necessidade especial.

Nesse sentido, e conforme defendem Stainback & Stainback, “Para que a reforma das escolas obtenha sucesso, estas devem tornar-se claramente comunidades acolhedoras em que todos os alunos se sintam valorizados, seguros, conectados e apoiados” (1999, p.74).

Diante desse cenário, o presente estudo teve como objetivo principal investigar a concepção dos alunos do 5º período do curso de licenciatura em Pedagogia da Universidade Estadual da Paraíba-UEPB acerca da surdez. Utilizamos uma pesquisa quanti-qualitativa, para se ter melhor compreensão dos dados e a confiabilidade dos resultados. Aplicamos um questionário e utilizamos um gráfico para melhor compreensão do estudo.

Os resultados indicaram que os sujeitos confirmaram a necessidade de reformulações no sistema educacional para garantir um ensino inclusivo, assegurando aos surdos os mesmos direitos que os ouvintes, com materiais didáticos adequados as suas necessidades, a valorização da língua natural do surdo e a inclusão da libras como disciplina obrigatória dentro das escolas regulares e universidades, facilitando a comunicação para ambos, surdo e ouvinte, já que a maioria dos alunos ouvintes desconhece a libras e se comunica com o surdo através de gestos.

Concluimos que a educação inclusiva ainda se configura apenas no discurso, devendo perpassar por algumas transformações e ações concretas de modo a viabilizar uma educação digna, igualitária e realmente inclusiva para todos.

METODOLOGIA

Com a finalidade de alcançar o que foi proposto na pesquisa, isto é, investigar a compreensão que os alunos do 5º período do curso de licenciatura em Pedagogia da UEPB têm sobre a surdez, o método de estudo foi indispensável neste percurso, visto que, por meio dele foi possível a obtenção e análise científica dos dados.

A presente pesquisa contou com a participação de 16 discentes do curso de licenciatura em Pedagogia (noturno) da Universidade Estadual da Paraíba-UEPB. O estudo de campo foi realizado no primeiro semestre de 2021. Adotou-se uma abordagem quali-quantitativa por ser uma metodologia que agrega aspectos quantitativos e qualitativos, o que permite uma compreensão mais aprofundada dos dados.

Para coleta de dados foi utilizado um questionário semiestruturado, com perguntas fechadas e abertas. Este instrumento buscou dados sobre a experiência profissional dos participantes, o nível de conhecimento em Libras e suas percepções sobre a inclusão e o preparo escolar para atender alunos surdos. Creswell e Clark abordam que "o método misto integra as duas formas de dados concomitantemente, combinando-os de modo sequencial, fazendo um construir o outro ou incorporando um no outro"(2013, p. 22).

A análise e interpretação dos dados foram realizadas por meio de uma análise descritiva e categórica. Conforme Gil a análise descritiva permite "caracterizar isoladamente o comportamento de cada uma das variáveis no conjunto das observações". (2008, p. 180). Com isso buscamos após a coleta, tratar e analisar os dados para apresentar os resultados obtidos, pois aplicamos um questionário, analisamos, compreendemos e interpretamos segundo a opinião dos sujeitos.

REFERENCIAL TEÓRICO

Estamos presenciando em vários países o crescente interesse pela inclusão educacional, que surgiu para incluir dentro do sistema educacional regular aqueles que são vulneráveis a exclusão. Nas últimas duas décadas a proposta de educação inclusiva ganhou força e determinados grupos que eram excluídos do sistema escolar adquiriram seus direitos estabelecidos por lei. De acordo com Stubbs (2008, p. 24), a educação inclusiva representa uma solução para a diversidade em todos os seus aspectos, pois estabelece um sistema educacional capaz de se ajustar às necessidades de cada indivíduo. Mantoan enfatiza que,

Para instaurar uma condição de igualdade nas escolas, não se concebe que todos os alunos sejam iguais em tudo, como é o caso do modelo escolar mais reconhecido ainda hoje. Temos de considerar as suas desigualdades naturais e sociais e só estas últimas podem/devem ser eliminadas (2006, p.57).

Entretanto, a realidade demonstra que, apesar dos direitos garantidos por lei, muitas escolas ainda encontram dificuldades em promover a inclusão. Frequentemente as instituições não são capazes de incorporar ações efetivas na consolidação da inclusão, resultando em práticas que, por vezes, acabam segregando em vez de integrar plenamente esses alunos. Desse modo, o papel da escola é combater a exclusão educacional, pois é no ambiente escolar que se devem trabalhar atitudes discriminatórias com os alunos que possuem uma deficiência.

Segundo Libâneo (2013), a escola pública deve proporcionar um ensino de qualidade a todos, levando em conta as características específicas dos alunos que a frequentam. Portanto, para que o ensino seja inclusivo deve haver uma reorganização completa da prática pedagógica e da escola que proporcione um ensino de excelência aos alunos com deficiência no ensino regular.

A declaração de Salamanca (1994), defende que os alunos com deficiência sejam matriculados em instituições de ensino regular. As Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica CNE/ CEB, Nº 02/2001, no art.2 "Os sistemas de ensino devem

matricular todos os alunos, cabendo às instituições de ensino se organizarem para o atendimento aos educandos com deficiência, assegurando as condições necessárias a uma educação de qualidade para todos” (BRASIL, 2001, s/p). Antes nós tínhamos a escola especial separada da escola regular, mas com a proposta da inclusão essa separação foi extinta, e todos os alunos com ou sem deficiência são integrados no mesmo contexto escolar.

A Lei Brasileira de Inclusão (LBI) é um marco legal que visa, conforme seu Artigo 1º, assegurar e promover o pleno exercício dos direitos e liberdades essenciais por parte das pessoas com deficiência, garantindo sua inclusão social e plena cidadania (BRASIL, 2015). Esse novo conceito de legislação nos faz enxergar a educação inclusiva, em que as metodologias, espaços e materiais devem ser capaz de atender a todos.

Com relação ao aluno surdo é indispensável que o conteúdo e as aulas sejam oferecidos em libras, como a primeira língua, e em português na modalidade escrita. A educação inclusiva hoje é a realidade gradativamente implantada internacionalmente e nacionalmente que vem muito a beneficiar a todos da sociedade. Destarte, as instituições de ensino devem refletir sobre suas práticas e espaços, a fim de aprimorar o ensino oferecido, e assim, possibilitar o pleno desenvolvimento e participação dos educandos. A inclusão faz com que os envolvidos tenham outro olhar sobre suas práticas pedagógicas, respeitando a diversidade dos seus alunos.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

As categorias de análise foram estabelecidas com base nas respostas dos participantes obtidas por meio do questionário. Os resultados foram apresentados na tabela abaixo e discutidos posteriormente.

Nº da seção	Tema	Resultados	Resposta principal
4.1	Experiência com Alunos com Deficiência/Transtorno	4 Participantes-Sim. 12 Participantes- Não Trabalham com alunos com deficiência.	Baixa experiência dos cursistas com a inclusão em sala de aula regular.
4.2	Conhecimento em Língua Brasileira de Sinais (Libras)	9 Participantes-Básico/Razoável. 7 Participantes-Limitado/Nenhum.	A maioria declara ter algum conhecimento, mas reconhece limitações ("só sei o básico", "não tenho formação").

4.3	As dificuldades encontradas pelos surdos e pelos ouvintes com relação à aprendizagem na escola regular ocorre na mesma proporção	9 Participantes-Básico/Razoável. 7 Participantes-Limitado/Nenhum.	Alta percepção de que a dificuldade do aluno surdo é maior devido à falta de comunicação, preparo profissional e estrutura social/escolar.
4.4	Compreensão da Surdez	10 Participantes-Visão Clínica/Déficit. 6 Participantes-Visão Funcional/Cultural (Condição Especial).	A maioria associa a surdez à anomalia, problema de saúde ou limitação na audição/fala, com menor ênfase no aspecto cultural/linguístico.
4.5	Contato Pessoal com Colega Surdo na Escola	12 Participantes- 4 Participantes-Sim/Contato Indireto.	Baixo contato direto/indireto com a comunidade surda durante a trajetória escolar.
4.6	Opinião sobre a Inclusão de Alunos Surdos	15 Participantes- A Favor, com Condições. 1 Participante - Contrário/Preocupado.	Concordância quase total com a inclusão, desde que haja profissionais especializados (intérprete/professor capacitado) e estrutura escolar adequada.
4.7	Preparo da Escola e do Professor	14 Participantes- Não estão preparados/ Precariedade do ensino. 2 Participantes- A escola e o professor não estão preparados para receber o aluno surdo em sala de aula.	Consenso de que nem a escola nem o professor estão adequadamente preparados, citando a precariedade da formação universitária e a falta de qualificação.
4.8	Direcionamento do Ensino de Libras na Escola	13- Participantes-Todos os alunos (Maioria). 2 Participantes- Todos (Optativo). 1 Participante- Apenas Professores/Geral.	A maioria dos participantes defendeu que o ensino de Libras deve ser estendido a todos os alunos da escola, para garantir a plena inclusão e interação social entre ambos, ouvintes e surdos.

Fonte: Dados da pesquisa

Conforme apresentado na Seção 4.1, o número de participantes que relata experiências de trabalho com alunos com deficiência é significativamente menor do que os que não trabalham. Este dado reflete o panorama de uma realidade de uma sociedade excludente que afasta a pessoa com deficiência do meio em que vive.

Nesse sentido, são essenciais reformulações na escola, visando uma educação de qualidade para todos. Essa necessidade dialoga com Libâneo sendo necessária a utilização de estratégias pedagógicas que considerem a especificidade da pessoa com deficiência. Portanto, são essenciais reformulações na escola, com uma educação de qualidade para todos. Reconhece-se que o surdo utiliza a Língua Brasileira de Sinais (Libras) para se comunicar, através de gestos manuais e expressões faciais, e isso o torna invisível perante a sociedade ouvinte.

Segundo Libâneo “a escola pública deve ser *democrática*, garantindo a todos o acesso e a permanência. Proporcionando um ensino de qualidade que leve em conta as características e específicas dos alunos que atualmente frequentam” (2013, p. 37). Assim, a escola deve ser aberta para todos, sem qualquer forma de discriminação. O acesso não se restringe apenas a matrícula, mas que receba o amparo essencial para aprender e se desenvolver junto com os demais alunos.

Na Seção 4.2, ao analisar das respostas revela que, embora a maioria dos participantes declare ter algum conhecimento de Libras, os demais disseram ter pouco ou nenhum conhecimento. Esse dado sugere que a comunicação entre o surdo e o ouvinte quase não acontece, tornando a pessoa surda quase invisível para o grupo dos ouvintes. Essa lacuna linguística sugere que a comunicação efetiva entre surdos e ouvintes é frequentemente comprometida, o que contribui para a invisibilidade da pessoa surda no contexto escolar e social.

Na seção 4.3 observou-se uma alta percepção de que a dificuldade do aluno surdo é maior que a do ouvinte devido à falta de comunicação entre ambos. O uso da língua de sinais é essencial para a comunicação da comunidade surda, assim como papel do professor no processo de ensino aprendizagem, pois o mesmo deve ser um mediador entre o sujeito que aprende e o conhecimento e deve valorizar a diversidade como um aspecto importante no processo de ensino aprendizagem. Mas sabemos que o despreparo e a falta de conhecimento desses profissionais estão diretamente relacionados à falta de formação ou capacitação recebida, e por isso é essencial que os professores tenham cursos de capacitação e formação para ensinar a esses alunos com necessidades especiais.

Na Seção 4.4, constatou-se que os participantes compreendem por surdez a pessoa que não possui audição e a fala, o que lhe causa limitação. Segundo Cromack (2004), a surdez vai além de uma simples deficiência sensorial, pois é algo mais complexo. Suas consequências sociais podem resultar na dificuldade de comunicação do sujeito com a sociedade. A linguagem desempenha um papel importante em nossas vidas, pois é através dela que começamos a perceber o mundo que nos cerca e, com o surdo, não é diferente, pois ele se comunica com as mãos através da linguagem de sinais. Essa dificuldade de comunicação e interação entre o aluno surdo e o ouvinte gera um grau de dificuldade a partir do momento em que ambos são usuários de línguas diferentes.

Tal obstáculo reflete o argumento de Onofre ao afirmar que “a diversidade incomoda a sociedade dominante, que estabelece normas de condutas, cria conceitos de normalidade e anormalidade” (2017, p. 13). Logo, a sociedade é quem estabelece os padrões; em se tratando de língua de sinais, a linguagem oral é imperativa e a linguagem utilizada pelo surdo se torna inferior, deixando-os invisíveis para a sociedade.

Na seção 4.5 observamos que os participantes tiveram pouco contato com o surdo em sua trajetória escolar. Esses dados apontam a exclusão do surdo na escola regular, pois a maioria dos alunos não consegue terminar seus estudos por conta da má condição de ensino, a falta de professores capacitados e ausência de interpretes de libras.

A inclusão apresenta-se como uma proposta adequada para a comunidade escolar, que se mostra disposta ao contato com as diferenças, porém não necessariamente satisfatória para aqueles que, tendo necessidades especiais, necessitam de uma série de condições que, na maioria dos casos, não têm sido propiciadas pela escola. (LACERDA, 2006, p.166)

Logo, para que o surdo seja inserido na escola regular é preciso que ele seja acompanhado por um interprete de língua de sinais, onde o professor ouvinte pode dar sua aula sem preocupações, pois sabe que o aluno surdo vai ter um rendimento satisfatório em suas aulas e a escola precisa adaptar-se as necessidades desse aluno para inseri-lo dentro da instituição escolar.

Ao analisarmos as respostas dos participantes sobre a inclusão de alunos surdos, vemos que quase todos estão a favor da inclusão na escola regular, desde que haja o respeito e esforço de todos na garantia de uma escola de qualidade. Mas, ao perguntarmos se esses professores estão preparados, vimos que a maioria respondeu que não. Segundo os participantes, não basta a escola abrir as portas e deixar esse aluno à mercê dentro da instituição. É necessário, entretanto, que a escola ofereça os recursos essenciais para propiciar um ensino de qualidade e

inclusivo, com professores capacitados, materiais didáticos, recursos acessíveis, intérpretes de libras, dentre outros.

Na seção 4.8 a maioria dos participantes defendeu que o ensino de Libras deve ser estendido a todos os alunos. Este posicionamento visa garantir a plena inclusão e interação social entre ambos, ouvintes e surdos, proporcionando um ambiente verdadeiramente inclusivo.

Em consonância, Silva e Pereira (2003) destacam que, alinhada à Declaração de Salamanca (1994), a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (1996) assegura à pessoa com deficiência o direito a uma educação de qualidade, sendo preferível que esta seja oferecida nas escolas regulares de ensino. Para Lacerda (2006) a língua de sinais é essencial na educação dos surdos pode estar presente no espaço de sala de aula, colaborando para a, pois assim como as línguas orais, ela apresenta uma vasta riqueza linguística, oferecendo as mesmas riquezas possibilidades de construção de significados, por isso, ele a importância a importância da presença da libras na sala de aula para fortalecer as relações em todo o ambiente escolar.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo objetivou analisar a percepção de futuros professores de pedagogia em relação à inclusão de alunos surdos na escola regular, revelando um panorama complexo marcado pelo contraste entre a aceitação formal da inclusão e o despreparo prático da escola. Os resultados demonstram que, embora haja um consenso quase total entre os participantes a favor da inclusão escolar de alunos surdos esta adesão se manifesta de forma condicionada à existência de recursos e profissionais especializados. A pesquisa evidenciou que a má condição de ensino, a ausência de professores capacitados e a falta de intérpretes de Libras constituem a principal barreira para a efetivação dos direitos educacionais. As principais conclusões e suas implicações empíricas apontam para a persistência do modelo clínico da surdez que a associa a um déficit de audição e fala, perpetua a exclusão social e minimiza a importância da Libras como língua natural e cultura.

Essa percepção contribui para a invisibilidade do surdo no ambiente escolar. O contraste entre lei e realidade é evidente, pois a baixa experiência dos participantes com a inclusão e o baixo contato com a comunidade surda refletem um afastamento da escola em relação aos princípios da LDB e da Declaração de Salamanca.

Ainda destacamos a importância do ensino de Libras na formação inicial dos professores de pedagogia, sendo essencial para o processo de inclusão, pois é através da língua de sinais que fomentaremos o diálogo entre ouvintes e surdos. O papel do professor é importante nesse

processo de inclusão, garantindo aos alunos surdos o direito a uma educação de qualidade, que possibilite aos mesmos participar das aulas, interagindo com professores e alunos ouvintes.

Assim, para a inclusão efetiva não depende apenas dos professores, mas também de políticas públicas, de reestruturação dos currículos das universidades e do sistema educacional como um todo. É irrefutável que os cursos de licenciatura, em especial o de pedagogia, priorizem a educação inclusiva, capacitando os docentes com metodologias e abordagens que atendam as especificidades dos alunos surdos e garantam seu pleno desenvolvimento na escola regular.

A solução mais defendida pelos participantes foi sobre a extensão do ensino de libras a todos os alunos da escola, transcende o mero cumprimento legal e se apresenta como uma estratégia de transformação cultural na escola. Ao promover a Língua de sinais para ouvintes, abre-se a possibilidade de interação social plena e de um ambiente verdadeiramente bilíngue e inclusivo. O acompanhamento por um intérprete de libras é vital e a presença dessa língua promove uma diversidade linguística que estimula a reflexão sobre a linguagem.

Em suma, a inclusão é um imperativo ético e legal, mas sua efetivação exige que as escolas se adaptem ativamente às necessidades do aluno surdo, superando a mera matrícula e investindo no preparo humano e estrutural para transformar a diferença em um fator de riqueza e reflexão constante.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Conselho Nacional da Educação. Câmara de Educação Básica. Resolução nº 2, de 11 de setembro de 2001. **Diretrizes Nacionais para Educação Especial na Educação Básica**. Diário Oficial da União, Brasília, 14 de setembro de 2001. Seção IE, p. 39-40. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/CEB0201.pdf>. > Acesso em: 06 ago 2020.

BRASIL. Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015. **Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência**. Brasília, DF. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm>. Acesso em: 01 set.2020.

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. **Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Brasília, DF. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm>. Acesso em: 19 nov.2020.

CRESSWELL, John W.; CLARCK, Vicki L. Plano. **Pesquisa de Métodos Mistos**. 2 ed. São Paulo: Penso, 2013.

CROMACK, Eliane Maria da Costa. Identidade, Cultura surda e produção de subjetividades e educação: atravessamentos e implicações sociais. **Psicol.cienc.prof.** Florianópolis, vol. 24, n. 4, p. 68-77, 2004. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo>. Acesso em: 23 ago. 2020.

GIL, Antônio Carlos. Métodos e Técnicas de Pesquisa Social. 6 ed. São Paulo: Atlas, 2008.
LACERDA, Cristina B.F. de. et al. Política para uma educação bilíngue e inclusiva a alunos surdos no município de São Paulo. **Educ.Pesqui.**v.39, n.1, 2013. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid. Acesso em: 08 out. 2019.

LACERDA, Cristina Broglia F. de. A inclusão escolar de alunos surdos: o que dizem alunos, professores e intérpretes sobre esta experiência. 2006. **Cad. CEDES**, v.26, n.69. Disponível em: www.scielo.br/scielo.php?script=sci. Acesso em: 06 out. 2019.

LIBÂNEO. José Carlos. **Didática**. 2 ed. São Paulo: Cortez, 2013.

MANTOAN, Maria Teresa Eglér. Igualdade e diferenças na escola como andar no fio da navalha. Educação, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul Porto Alegre, vol.29, núm. 1, p. 55-64, janeiro-abril, 2006.

ONOFRE, Eduardo Gomes. A noção de conflito, estrangeiro e confiança face o sujeito com deficiência: o caso do surdo. **Rev. Incl.** v. 4. n. 1, p. 66-78, 2017.

SILVA, Angélica Bronzatto de Paiva; PEREIRA, Maria Cristina da Cunha. A imagem que as professoras da escola regular têm em relação à aprendizagem do aluno surdo. **Estud. Psicol.** vol. 20, n. 2, p.5-13, 2003. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo>. Acesso em 19 ago. 2019.

STAINBACK, Susam e William. **Inclusão um Guia para Educadores**. Porto Alegre: Artmed, 1999.

STUBBS, Sue. **Educação Inclusiva**: Onde existem poucos recursos. Ingrid Lewis, 2008.